

Reservas florestais podem amenizar dívida externa

Ricardo Arnt

A tese da conversão da dívida externa brasileira em ações de empresas nacionais ganhou uma variante exótica: florestas. É possível converter parte da dívida externa brasileira em reservas florestais no Brasil.

Dez grupos ecologistas americanos apresentaram ao Congresso dos EUA, na semana passada, projeto de lei determinando a criação, no Banco Mundial, de um programa para projetos de preservação ambiental em países em desenvolvimento, através da suspensão dos pagamentos dos juros da dívida com o banco pelo tempo que durarem os projetos. A lei, que deverá ser votada até novembro, para vigorar no orçamento nacional de 1988, tem boas chances de ser aprovada.

The Tropical Forest Protection Act é o último desdobramento do trabalho dos ecologistas americanos, que entendeu que a devastação florestal no Terceiro Mundo está relacionada à pressão para o pagamento da dívida externa. No dia 13 de julho, a organização Conservation International realizou uma operação arrojada: comprou 650 mil dólares em títulos dos 4 bilhões de dólares da dívida externa boliviana, trocando-os pelo compromisso do governo boliviano de estabelecer uma grande área de preservação florestal de 1 milhão 500 mil hectares no rio Beni. Deu tudo certo. Acordos similares estão sendo estudados com outros países, e o Brasil está na mira.

— É claro que todo mundo está preocupado com a situação das florestas brasileiras. As reservas florestais do Brasil talvez sejam as maiores do mundo. Muitos grupos querem trabalhar com o Brasil, mas o caso é um pouco mais complicado — afirma Barbara Bramble, 37, advogada da National Wildlife Federation, em Washington.

Dólares — O acordo com a Bolívia foi concretizado através do que Bramble chama de “mercado privado informal” da dívida do Terceiro Mundo. Nesse mercado, qualquer organização pode comprar, com descontos, títulos de dívida nacional dos bancos e instituições privadas que as detenham. A Citicorp Investment Bank, uma subsidiária da Citicorp, comprou, em nome da Conservation International, 650 mil dólares da dívida boliviana, de bancos privados não identificados, com um desconto de 85%. Pagou apenas

100 mil dólares. Sinal de que a dívida da Bolívia não é das mais consideradas.

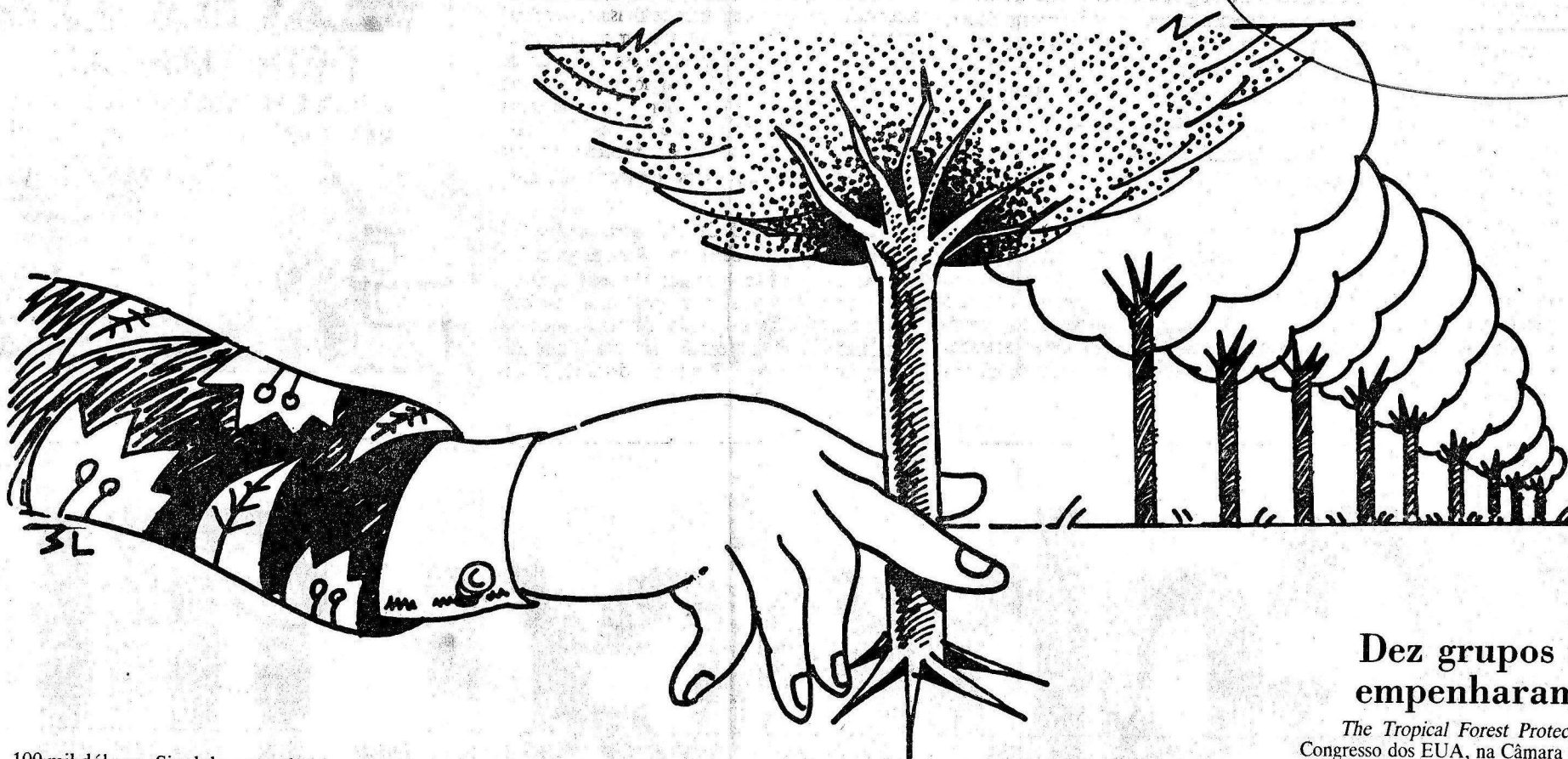
O tamanho do desconto reflete a força da economia e a capacidade de recuperação do país devedor: quanto menor o desconto, mais forte o título. As diversas dívidas externas têm, portanto, um valor de mercado, que oscila a cada mês. Na sexta-feira, em Washington, era possível adquirir títulos da dívida externa da Bolívia com 85% de desconto, da Nicarágua com 80%, da Costa Rica com 66%, do Brasil com 39%, do México com 29% e da Colômbia com 16%.

Soluções — Foi a Frank Weeden Foundation, de São Francisco, que financiou a compra dos títulos bolivianos para a Conservation International. Richard Weeden, presidente, revelou que deu a três organizações 100 mil dólares para projetos de preservação de florestas tropicais. A Conservation International foi a primeira a apresentar um plano concreto. As outras duas dotações estão sendo negociadas. Outras fundações deverão financiar projetos similares.

Barbara Bramble admite que o preço relativamente alto dos títulos da dívida brasileira desvie a atenção dos grupos ecologistas e fundações

americanas para acordos menos onerosos e títulos mais desvalorizados. Por isso, ressalta, a pressão no Congresso americano para impor ao Banco Mundial programas de preservação ambiental, associados à suspensão dos pagamentos dos juros da dívida ou de parte do montante, têm um alcance amplo. Alguns países estão recorrendo a soluções rápidas — como a derrubada das florestas — para amortizar suas dívidas. Mas dilapidar recursos naturais pode ser um caminho curto para a estagnação econômica.

— Qualquer país que quiser fazer um programa de preservação ambiental sério poderá debitá-lo da sua própria dívida externa com o Banco Mundial — observa Barbara Bramble. O arranjo une o útil com o necessário. “Poderemos mudar a imagem do ambientalismo internacional. Em vez daqueles caras que levantam problemas, poderemos ser aqueles que apontam soluções. Se governos, como o brasileiro, puderem ampliar programas ambientais e de conservação, diminuindo, ao mesmo tempo, a pressão da dívida externa, nos consideraremos felizes — afirma a advogada do National Wildlife Federation.



Bolívia vai preservar as savanas e florestas

Ao assinar, no dia 13 de julho, na embaixada boliviana em Washington, o acordo com a Conservation International preservando 1 milhão 500 mil hectares da bacia do rio Beni, o embaixador Francisco Illanas de la Riva, bem-humorado, não resistiu à piadinha: “Se alguém aparecer com 4 bilhões de dólares, talvez possamos dar-lhe meio país.”

Para quem deve 4 bilhões, 650 mil dólares é “só um pequeno arranhão”. Não obstante, “tudo ajuda”, disse o embaixador. Pelo acordo, a Bolívia comprometeu-se a preservar toda uma área de savanas e florestas das primeiras elevações dos Andes, no nordeste do seu território, e criar, através de uma lei no Congresso, um fundo equivalente a 250 mil dólares em moeda boliviana para administrar e proteger as riquezas naturais e a diversidade ecológica da reserva.

A bacia do rio Beni é o habitat de jaguares, lobos, 500 espécies de pássaros e mais espécies de árvores do que em toda a América do Norte. A reserva funcionará também como modelo para a proteção de populações indígenas — as 250 famílias de índios chimanes, nômades, que habitam a região.

O governo boliviano manterá o controle da terra e a organização americana funcionará apenas como assessora. Maria Ortiz, diretora do programa para o Peru e a Bolívia da Conservation International disse que parte da reserva será mantida intacta, mas algumas áreas deverão ser utilizadas como “modelos de desenvolvimento auto-sustentável” para a exploração madeireira. “A Bolívia”, disse Ortiz, “é um país pobre que precisa alimentar sua população e não pode dar-se ao luxo de manter sua terra sem cultivo.” (R.A.)

Dez grupos americanos empenharam-se pela lei

The Tropical Forest Protection Act foi introduzido no Congresso dos EUA, na Câmara e no Senado pelos deputados John Porter, republicano de Illinois, e David Obey, democrata de Wisconsin, e pelo senador Robert Kasten Júnior, republicano de Wisconsin. Ele é o resultado do empenho de dez grupos: National Wildlife Federation, Environmental Defense Fund, Sierra Club, National Audubon Society, Natural Resources Defense Council, Environmental Policy Institute, Conservation International, International Institute for Environmental Development, The Wilderness Society e a Ivaak Walton League.

O projeto de lei determina que o secretário de Estado e o secretário do Tesouro dos EUA, conjuntamente, façam um levantamento da literatura existente, analisem e determinem quais florestas tropicais são adequadas para agricultura e para o estabelecimento de reservas ecológicas e turísticas.

O Banco Mundial deverá determinar a capacidade efetiva de as agências responsáveis dos países onde se localizam as florestas tropicais promoverem a proteção do meio ambiente e sugerir medidas para aumentar essa competência. No prazo de um ano, o secretário de Estado e o secretário do Tesouro deverão apresentar ao Banco Mundial um estudo completo que permita ao banco uma política de proteção ao meio ambiente em novas bases.

Tal política fundamenta-se no “retorno econômico estimado a longo prazo decorrente de modelos de desenvolvimento auto-sustentáveis e da preservação das florestas tropicais”. O banco deverá estabelecer “um programa de troca, voluntário, pelo qual um país em desenvolvimento, em dívida com uma instituição de empréstimos multilateral, possa estabelecer políticas de conservação a longo prazo para proteger florestas tropicais ameaçadas — ou qualquer ação para impedir o desenvolvimento da degradação ambiental — em troca da suspensão dos pagamentos de parte, ou do total, dos juros dessa dívida, pelo período em que durar a ação protetora”. Caberá ao Banco International para a Reconstrução e o Desenvolvimento produzir relatórios periódicos sobre os programas pilotos. (R.A.)